



SOJA SEM DESMATAMENTO E COM RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS: UM ROTEIRO DE PROGRESSO E DE TRANSPARÊNCIA DA CADEIA

Louise Nakagawa¹, Lisandro de Souza Inakake²

¹PhD em Energia, Pesquisadora de Projetos de Cadeias Agropecuárias no Imaflora

²Engenheiro Agrônomo, Coordenador de Projetos Sênior na Área de Cadeias Agropecuárias Responsáveis no Imaflora

MENSAGENS-CHAVE

- O roteiro de relatório de progresso visa oferecer a oportunidade de dar mais consistência aos compromissos assumidos pelas empresas de soja sobre o desmatamento/conversão de vegetação nativa e respeito aos direitos humanos.
- Para que haja o reconhecimento da produção de soja sustentável ainda é necessário que as empresas unifiquem suas políticas corporativas e que esses esforços sejam implementados na prática.
- Participar desse processo ajuda no posicionamento das empresas de soja frente ao mercado, e abre possibilidades de novas parcerias e alcance de novos clientes.

Segundo a FAO (2017), até 2025, o Brasil será o primeiro no ranking da produção mundial de soja, com 135 milhões de toneladas, ultrapassando os Estados Unidos. Para a economia brasileira, a soja é a cultura de rendimento mais relevante, com aproximadamente 70% da produção exportada (Trase, 2019; Soterroni et al., 2019). Em 2019, o país norte-americano produziu mais de 123 milhões de toneladas do grão, enquanto o Brasil atingiu quase 115 milhões de toneladas (Embrapa, 2019). E foi no ano seguinte, em 2020 que a ultrapassagem aconteceu, decorrente da redução da produção nos Estados Unidos, em vista da crise comercial com a China, e da supersafra brasileira, com 126 milhões de toneladas (USDA, 2020). No mesmo período, mais de 38,5 milhões de hectares de soja foram plantados no Brasil, e o valor total exportado ultrapassou US\$ 35,2 bilhões (Agrostat, 2020).

Em trinta anos, a área plantada cresceu mais de 200%, enquanto a produção aumentou quase

500% (Embrapa, 2019), com maior expansão para os cerrados brasileiros e para a fronteira com a Amazônia. Em termos de comparação, em 2015 apenas 14% da produção de soja do Brasil foi colhida na Amazônia, enquanto 48% no Cerrado (PAM/IBGE, 2019; Soterroni et al., 2019). E esse percentual vem expandindo em ambos os biomas. Atualmente, quase um quarto da área de soja do Cerrado está na região do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Contudo, vale destacar que embora o cultivo da soja ocorra sobre áreas já consolidadas, a literatura aponta que sua produção tem mobilizado o avanço do desmatamento (Rajão et al., 2020; Reis et al., 2020; Vasconcelos et al., 2020), com sérios impactos sobre a biodiversidade (Green et al., 2019; Duran et al., 2020), e sobre as populações que vivem nas regiões produtoras (Weinhold, Killick & Reis, 2013; Favareto et al., 2022).

Diante dos riscos socioambientais decorrentes dessa expansão, somados ao descompasso entre iniciativas lideradas por diferentes stakeholders em combate ao desmatamento, sejam do setor privado, sejam das organizações da sociedade civil, o Imaflora e a The Nature Conservancy (TNC) elaboraram um Roteiro para Relatório de Progresso. O documento tem como objetivo auxiliar as empresas da cadeia a reportar o progresso sobre a produção de soja livre de desmatamento, e/ou da conversão da vegetação nativa, e com respeito aos direitos humanos na América do Sul, principalmente nos biomas Amazônia, Cerrado e Chaco. A base referencial para construção desse roteiro veio do Accountability Framework initiative (AFi), do Global Reporting Initiative (GRI 102, 2016), Carbon Disclosure Project (CDP Forests, 2022) e dos Parâmetros da Organização das Nações Unidas (ONU) para proteger, respeitar e reparar (UNGPs, 2011).

Por meio desse relatório de progresso é possível oferecer, aos diferentes elos da cadeia, um parâmetro de comunicação, mas também de



transparência e harmonização dos resultados entre as diversas *traders* do setor. Apresenta uma sequência lógica na hierarquia dos indicadores que por meio da estratégia adotada e da capacidade instalada na empresa estabelece o que de fato é possível reportar.

Isso permite que os compradores e demais partes interessadas compreendam a ambição e performance, bem como a evolução dos compromissos das empresas em relação à eliminação do desmatamento e/ou conversão da vegetação nativa, seja em 2025 ou em 2030, e o respeito aos direitos humanos associados ao processo de originação da soja. Dessa forma, o roteiro é organizado em dois grandes componentes: um de caráter descritivo, e o outro de caráter demonstrativo.

Nas informações organizacionais, cujo caráter é mais de cunho descritivo, o roteiro estabelece os limites assumidos pela empresa para influenciar o setor, assumir responsabilidades e demonstrar performance, e está estruturado da seguinte maneira:

- a. Na descrição da cadeia de fornecimento das empresas (número e alcance dos fornecedores diretos/indiretos, com indicação de escopo geográfico e cobertura de atuação);
- b. Na descrição dos compromissos de combate ao desmatamento/conversão da vegetação nativa, com referencial (datas/prazos) adotados;
- c. Na descrição das metodologias utilizadas nas análises de risco das áreas prioritárias;
- d. Na descrição dos sistemas de rastreabilidade e de monitoramento adotados, e de certificação, se aplicável;
- e. Na descrição dos sistemas de avaliação do cumprimento dos compromissos adotados, e principais desafios para eliminar o desmatamento/conversão de vegetação nativa;
- f. Na descrição dos compromissos associados à dimensão dos direitos humanos e aplicáveis à cadeia, demonstrando os métodos adotados para identificar e monitorar os impactos da produção sobre as populações afetadas e os trabalhadores rurais, e os procedimentos de remediação e medidas corretivas.

Nos indicadores de progresso, cujo caráter é medir/quantificar, o roteiro estabelece o que é possível reportar baseado em sua capacidade instalada e na verticalidade na cadeia de fornecimento da aplicação das políticas, e está estruturado da seguinte maneira:

- a. Na demonstração dos volumes de soja comercializados na América do Sul e percentual por bioma de origem;
- b. Na demonstração dos percentuais de fornecedores sobre os quais a empresa possui rastreabilidade, via dados geoespaciais dos fornecedores (CAR ou polígono);
- c. Na demonstração dos percentuais de fornecedores monitorados, via cruzamento de dados cadastrais (CPF/CPNJ), listas de embargos (Ibama) e de bloqueios (Moratória da Soja, Protocolo Verde de Grãos do Pará), com os dados geoespaciais;
- d. Na demonstração dos volumes de soja comercializados de acordo com o cumprimento dos compromissos que visam o livre desmatamento/conversão de vegetação nativa, e amparados sobre a data de referência;
- e. Na demonstração do número total de hectares de floresta e/ou outro ecossistema natural convertido detectado na base da cadeia de fornecimento;
- f. Na demonstração dos percentuais de fornecedores avaliados, via comprovação de práticas que respeitem os direitos humanos.

Oportunidades e desafios

A forma como o documento está estruturado, oferece às empresas a oportunidade de dar mais consistência aos compromissos assumidos. E, além disso, permite que as avaliações sobre suas performances e evoluções reflitam na revisão, ajuste e mesmo alteração de suas políticas corporativas sobre desmatamento/conversão de vegetação nativa e respeito aos direitos humanos, promovendo a melhoria contínua de suas atividades.

O roteiro também exige que as informações fornecidas pelas empresas sejam acuradas e completas, o que por sua vez, aumenta a qualidade dos dados analisados. Isso ajuda no posicionamento dessas organizações frente ao mercado, e abre possibilidades de novas parcerias e alcance de novos clientes.

Adicionalmente, torna os resultados reportados passíveis de análise comparativa entre as distintas empresas, mesmo que dentre estas haja divergências quanto as metas para eliminar o desmatamento e a conversão de vegetação nativa. Ou seja, a parte mais ambiciosa está assumindo 2025 como data alvo, enquanto outras estão estabelecendo apenas o ano de 2030.



O documento é a concretização de um trabalho que vem sendo desenvolvido há anos. Mas para que haja o reconhecimento da produção de soja sustentável ainda é necessário que as empresas unifiquem suas políticas corporativas e que esses esforços sejam implementados na prática.

O maior desafio nesses próximos meses de implementação é engajar as lideranças das empresas produtoras de soja a adotarem o roteiro de relatório de progresso em suas políticas corporativas:

- a. estabelecendo formas claras e objetivas de alcançar metas viáveis, mas, sobretudo, ambiciosas de acabar com o desmatamento/conversão da vegetação nativa de suas cadeias;
- b. estabelecendo objetivos e metas ousados que assegurem os direitos humanos e o respeito às populações indígenas, comunidades tradicionais, trabalhadores rurais e populações do entorno das áreas produtivas;
- c. desenvolvendo canais de comunicação amplos e inclusivos, capazes de dar maior transparência às atividades realizadas pelas empresas.

do Pará e da cadeia setorial e corporativa da soja sem desmatamento no Cerrado.

A plataforma Soja na Linha é um hub que possibilita acesso a sistemas, ferramentas, dados e informações técnicas para uma cadeia de soja sem desmatamento.

Uma equipe de especialistas, apoiada por parceiros estratégicos locais e internacionais, trabalha para desenvolver soluções para a cadeia livre de desmatamento e transparente.

Assim, produtores, indústria da soja de todos os portes, comerciantes e também investidores, podem usar esse ambiente para encontrar os materiais de que precisam para melhorar e implementar seus compromissos e políticas.

O público em geral também pode utilizá-lo como fonte de dados e recursos para acompanhar o andamento dos acordos firmados pela rede.

Conheça e se envolva!

<https://www.sojanalinha.org/>

<https://www.soyontrack.org/>



SOJA NA LINHA: A PLATAFORMA DE TRANSPARÊNCIA NA CADEIA DE VALOR DA SOJA.

O Projeto Soja na Linha é um esforço conjunto para fortalecer os compromissos socioambientais e as políticas corporativas da cadeia de valor da soja na Amazônia e Cerrado.

Tem como objetivos principais: apoiar a implantação da Moratória da Soja na Amazônia, do Protocolo Verde de Grãos



Referências

ACCOUNTABILITY FRAMEWORK INITIATIVE. (2019). Princípios Fundamentais. Junho 2019. Disponível em: <https://accountability-framework.org/pt-br/baixar-documentos-do-framework/>

ACCOUNTABILITY FRAMEWORK INITIATIVE. (2019). Diretriz Operacional sobre a aplicação das definições relativa ao desmatamento, conversão e proteção de ecossistemas. Junho de 2019. Disponível em: <https://accountability-framework.org/ptbr/baixar-documentos-do-framework/>

ACCOUNTABILITY FRAMEWORK INITIATIVE. (2019). Diretriz Operacional sobre Relato, Divulgação e Reivindicações. Junho de 2019. Disponível em: <https://accountability-framework.org/ptbr/baixar-documentos-do-framework/>

ACCOUNTABILITY FRAMEWORK INITIATIVE. (2019). Termos e definições. Junho de 2019. Disponível em: <https://accountability-framework.org/pt-br/baixar-documentos-do-framework/>

AGROSTAT. (2020). Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro. Disponível em: <http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>.

CDP. (2022). CDP Forests 2022 Questionnaire. Disponível em: <https://guidance.cdp.net/en/guidance?cid=31&ctype=theme&idtype=ThemeID&incchild=1µsite=0&otype=Guidance&tags=TAG-646%2CTAG-609%2CTAG-600>

EMBRAPA. (2019). Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Embrapa Soja. Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1>

FAVARETO, A., NAKAGAWA, L., SILVA, B., MORELLO, T., FERNANDES, B. (2022). Campeões em produção, campeões em desenvolvimento? Uma análise dos indicadores socioeconômicos em territórios de produção da soja no Brasil. UK Research and Innovation Global Challenges Research Fund (UKRI GCRF) Trade, Development and the Environment Hub. ISBN: 978-65-86362-15-2

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. GRI 102: Conteúdos Gerais. (2016). Disponível em: <https://www.globalreporting.org/howto-use-the-gri-standards/gri-standards-portuguese-translations/>

PAM/IBGE. (2019). Produção Agrícola Municipal - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>

SOTERRONI, A. C. et al. (2018). Future environmental and agricultural impacts of Brazil's Forest Code. Environ. Res. Lett, 13, pp. 1-12. doi: 10.1088/1748-9326/aaccbb.

TRASE. (2019). Transparent Supply Chains for Sustainable Economies. Disponível em: <https://trase.earth/data?lang=en>.

UNITED NATIONS. (2011). Guiding Principles on Business and Human Rights: Implementing the United Nations “Protect, Respect and Remedy” Framework. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/publications/guidingprinciplesbusinessshr_en.pdf

USDA. (2021). United States Department of Agriculture. Foreign Agricultural Service. Report: Oilseeds and Products Annual - Brazil. April.

WEINHOLD, D., KILLICK, E., REIS, E. J. (2013). Soybeans, Poverty and Inequality in the Brazilian Amazon. World Development, 52, p. 132-143.



O Imaflora é uma organização não governamental brasileira, criada em 1995, para promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, gerando benefícios sociais no setor florestal e agrícola.

